

Referência: REQUIMTE 2022-35

Área científica: Ciências Exactas e Naturais

Sub-Área científica: Química Medicinal

1. A Direção do REQUIMTE- Rede de Química e Tecnologia – Associação deliberou abrir concurso de seleção internacional de doutorado, em regime de contrato de trabalho sem termo. O presente aviso destina-se ao provimento um (1) lugar de Investigador (**Referência REQUIMTE 2022-35**), para o exercício de atividades de investigação científica na área científica da Química, em regime de contrato de trabalho sem termo ao abrigo do Código do Trabalho, no Laboratório Associado para a Química Verde - Tecnologias e Processos Limpos – LA/P/0008/2020, com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais, com vista a realizar atividade de investigação científica em Química Medicinal. Será considerada experiência em ensaios in vitro para a avaliação da atividade anti-inflamatória e anti-diabética, isolamento e ensaios in vitro com células humanas primárias, nomeadamente neutrófilos e monócitos, bem como, conhecimento sobre cinética enzimática e estabelecimento de relações estrutura atividade de compostos naturais e de síntese.

2. Legislação aplicável

Decreto-lei n.º 124/1999, de 20 de Abril; Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua redação atual; Artigos 17º, 19º e 28º do REC, publicado em Diário da República sob o número 607-A/2017, de 22 de Novembro.

3. Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC o júri do concurso tem a seguinte composição: Eduarda das Graças Rodrigues Fernandes (Professora Associada com Agregação, Faculdade de Farmácia, Universidade do Porto, REQUIMTE, Presidente do júri por delegação do Diretor da REQUIMTE), Alberto da Nova Araújo (Professor Associado com Agregação, Faculdade de Farmácia, Universidade do Porto) e Fernanda Maria Fernandes Roleira (Professora Auxiliar, Faculdade de Farmácia, Universidade de Coimbra).

4. O local de trabalho situa-se na Universidade do Porto.

5. A remuneração mensal a atribuir é de **€ 3.230,31**, correspondente ao índice 195 da Carreira de Investigação Científica (Anexo I do Decreto-Lei nº 124/99, de 20 de Abril).

6. Ao concurso podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas que sejam titulares do grau de doutor(a) em Ciências Farmacêuticas, ou áreas afins, com pelo menos 5 anos de experiência pós-doutoral. Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto no Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de Agosto, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data da assinatura do contrato de trabalho.

7. São requisitos gerais de admissão a concurso os definidos no ponto anterior e requisitos específicos os seguintes possuir publicações em revistas de circulação internacional na área da Química Medicinal e áreas afins, que totalizem mais do que 80 publicações (SCOPUS), traduzido por um índice h de pelo menos 30 (SCOPUS); coordenação de projetos financiados por entidades nacionais ou internacionais

e experiência na supervisão e qualificação de recursos humanos, nomeadamente supervisão de estudantes e participação em júris de provas académicas.

8. Nos termos do artigo 5.º do RJEC a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos candidatos.

9. A avaliação do percurso científico e curricular incide sobre a relevância, qualidade e atualidade:

- a)** Da produção científica considerada mais relevante pelo candidato;
- b)** Das atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, incluindo a participação e coordenação de projetos científicos financiados, consideradas de maior relevância pelo candidato;
- c)** Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato;
- d)** Da experiência na supervisão e qualificação de recursos Humanos, incluindo a supervisão de estudantes (primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudo), bem como, participação em júris de provas académicas.

10. São critérios de avaliação:

Na avaliação do CV dos candidatos, em particular da experiência científica e do mérito científico, serão valorizados os elementos apresentados abrangidos pelas áreas específicas do concurso (ver ponto 1), de acordo com os seguintes critérios:

10.1 Avaliação integrada da trajetória curricular do candidato, com base numa visão geral do seu mérito científico:

- I.** Coerência global do CV – 10%;
- II.** Diversidade e qualidade dos indicadores bibliométricos, incluindo artigos com revisão e capítulos de livro arbitrados por pares, relevantes nas áreas indicadas nos pontos 1 e 7 ou que demonstrem as aptidões técnico-científicas relevantes – 20%;
- III.** Participação e coordenação de projetos científicos financiados – 10%;
- IV.** Experiência na supervisão e qualificação de recursos Humanos, incluindo experiência pedagógica em Instituições de Ensino Superior, supervisão de estudantes (primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudo), bem como, participação em júris de provas académicas – 10%.

10.2 Experiência relevante, demonstrada no CV em:

- I.** Ensaios in vitro para a avaliação da atividade anti-inflamatória e anti-diabética de compostos naturais e de síntese – 20%;
- II.** Isolamento e ensaios in vitro com células humanas primárias, nomeadamente neutrófilos e monócitos – 20%
- III.** aplicação de cinética enzimática e estabelecimento de relações estrutura atividade de compostos naturais e de síntese – 10%

11. No caso de existirem candidatos com classificação cuja diferença seja menor ou igual a 10% da classificação obtida pelo melhor candidato, o júri entrevistará o candidato melhor classificados e os candidatos nesta situação. O objetivo da entrevista é esclarecer aspetos relacionados com os resultados da investigação prévia.

A classificação final a indicar por cada membro do júri é composta por: 90% baseada na avaliação curricular e do percurso científico e 10% baseada na entrevista.

12. O sistema de classificação final dos candidatos é expresso numa escala de 0 a 100.

13. O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções.

14. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação, sendo facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

16. A deliberação final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição a quem compete também decidir da contratação.

17. Formalização das candidaturas:

17.1 As candidaturas devem ser formalizadas no endereço eletrónico <https://www.requimte.com/> com os seguintes documentos em suporte digital, de preferência em formato de PDF:

- i) Curriculum vitae;
- ii) Carta de motivação;
- iii) Certificado de habilitações;
- iv) Outros documentos que considere relevantes.

17.2 Período de apresentação de candidaturas decorre entre **22/06/2022 e 06/07/2022**.

18. São excluídos da admissão ao concurso os candidatos que formalizem incorretamente a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

19. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

20. A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final são afixadas nas instalações sitas na Praça Coronel Pacheco nº 15-6º andar, Porto, publicitadas na página eletrónica da REQUIMTE, sendo os candidatos notificados por correio eletrónico com recibo de entrega da notificação.

21. Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final: Após notificados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar **em sede de audiência prévia**. Num prazo de até 90 dias úteis, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

22. O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

23. Política de não discriminação e de igualdade de acesso: A REQUIMTE – Rede de Química e Tecnologia – Associação, promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida,

deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

24. O júri aprovou este aviso na reunião realizada a 20/06/2022.

25. Nos termos do D.L. nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

26. A seleção da(o) candidata(o) a contratar depende das orientações e regulamentos aplicáveis por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia, e da verificação do cumprimento dos pressupostos administrativos neles constantes. A REQUIMTE reserva-se o direito de anular o presente concurso caso os pressupostos referidos não estejam assegurados.